



RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO **2020**

RIO DE JANEIRO, 29 DE JANEIRO DE 2021.

RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO **2020**

**MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR
AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE**

Relatório Contábil de Encerramento do Exercício da Agência Nacional do Cinema, relativas ao exercício financeiro de 2020, cujo objetivo é apresentar informações relativas à composição dos itens mais relevantes dos demonstrativos, dos critérios de reconhecimento e mensuração, bem como outras informações que não são diretamente evidenciadas nos balanços.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	5
LISTA DE TABELAS.....	6
APRESENTAÇÃO.....	7
DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO.....	8
DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL - ANCINE	9
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
BALANÇO PATRIMONIAL	11
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP.....	12
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO	13
BALANÇO FINANCEIRO - BF.....	17
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC	18
NOTAS EXPLICATIVAS	19
1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	19
2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	19
3. CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA	23
4. CRÉDITOS A RECEBER	24
5. INVESTIMENTOS.....	27
6. IMOBILIZADO	27
7. INTANGÍVEL.....	29
8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO	29
9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.....	30
11. RESULTADO PATRIMONIAL	30
12. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	31
13. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	32
14. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	34

15. RESULTADO FINANCEIRO	35
16. RESTOS A PAGAR	36
17. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AGU	Advocacia-Geral da União
AH	Análise Horizontal
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
AV	Análise Vertical
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONDECINE	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica
DCON	Demonstrações Contábeis
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FSA	Fundo Setorial do Audiovisual
GRU	Guia de Recolhimento da União
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PCASP	Plano de Contas Aplicado Ao Setor Público
PGF	Procuradoria-Geral Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RJ	Rio de Janeiro
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caixa e Equivalente Caixa

Tabela 2 – Créditos a Receber

Tabela 3 – Créditos A Curto Prazo

Tabela 4 - Créditos a Longo Prazo

Tabela 5 - Investimentos

Tabela 6 - Imobilizado

Tabela 7 - Bens Móveis

Tabela 8 - Bens Imóveis

Tabela 9 - Bens Intangíveis

Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias de Curto Prazo

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Curto Prazo

Tabela 12 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Tabela 13 – Resultado patrimonial

Tabela 14 - Histórica de Arrecadação de Receitas Correntes - ANCINE

Tabela 15 – Dotação atualizada por fonte de recursos

Tabela 16 – Execução da despesa por GND

Tabela 17 - Composição das Despesas Empenhadas por Elemento de Despesa - ANCINE

Tabela 18 - Composição das Despesas Empenhadas por Elemento de Despesa - FSA

Tabela 19 – Resultado Orçamentário do Período

Tabela 20 – Resultado Financeiro do Período

Tabela 21 – Acompanhamento do RPNP

Tabela 22 – Geração Líquida de Caixa

APRESENTAÇÃO

No presente relatório, estão evidenciadas as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2020, cuja execução do orçamento e seus decorrentes impactos na gestão patrimonial e financeira da ANCINE estão materializadas no Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e nas Demonstração dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Criada em 2001 pela Medida Provisória 2228-1, a ANCINE – Agência Nacional do Cinema é uma agência reguladora que tem como atribuições o fomento, a regulação e a fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil. É uma autarquia especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Turismo, com sede e foro no Distrito Federal, Escritório Central no Rio de Janeiro e escritório regional em São Paulo.

Como Agência Reguladora, a ANCINE goza da prerrogativa de Órgão Setorial dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Pessoal Civil da Administração Federal, de Organização e Inovação Institucional, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação e de Serviços Gerais.

A condição de órgão setorial dos referidos sistemas decorre da Lei nº 13.848 de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, reforçando a natureza especial dessas autarquias, caracterizadas pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, dentre outras disposições constantes na citada lei.

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 da Agência Nacional do Cinema.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, EXCETO quanto os assuntos mencionados a seguir:

- a) O item do Balanço Patrimonial - Créditos a receber de Curto e Longo Prazo, principalmente os provenientes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE, das Multas por infração a Legislação Cinematográfica, não foram plenamente reconhecidos até o fechamento do exercício de 2020. Quanto aos créditos inscritos em Dívida Ativa da União, estes foram atualizados apenas pelo valor original;
- b) Não houve atualização dos valores de Ajustes para Perdas em Créditos de Curto e Longo Prazo ao longo do exercício, por ausência de informações das áreas gestoras de créditos, definição de metodologia e limitações sistêmicas;
- c) O item do Balanço Patrimonial - Ativo (Demais créditos e Valores a Curto Prazo): Termos de Execução Descentralizada – TED, vem sendo atualizado conforme o fluxo de recebimento processual. Entretanto, ainda existe valor significativo registrado pendente de comprovação; e
- d) O item do Balanço Patrimonial - Investimentos, Participações Permanente não está avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial, mas sim pelo valor histórico do custo das transferências efetuadas ao agente financeiro (BNDES). Já o item Empréstimos e Financiamentos Concedidos carecem de apuração e atualização.

Vale destacar que a ANCINE vem envidando esforços no sentido de desenvolver ou adotar em parceria com outras agências sistema informatizado para gestão dos créditos a receber visando a correta mensuração e atualização de valores dos referidos créditos, nos termos do Decreto Nº 9.194/2017 e da Portaria PGF Nº 323/2018. No decorrer de 2020, ocorreram algumas reuniões entre representantes agências e órgãos setoriais (Ministério da Economia) sobre o desenvolvimento do sistema ARCO, com expectativa de avanço do projeto em 2021.

Quanto aos itens “Empréstimos e Financiamentos” e “Investimentos, Participações Permanente”, ambos são decorrentes da execução de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA. Há uma demanda em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN para verificação da contabilização nas respectivas contas, objeto de acompanhamento.

DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL - ANCINE

A Conformidade Contábil da ANCINE, a qual possui apenas uma unidade gestora (203003), é feita pela Coordenação de Contabilidade. A conformidade contábil é de responsabilidade dos contadores da UG, em observância à segregação de função preconizada na legislação vigente.

O processo de verificação consiste em certificar a consistência e correção das informações consolidadas por meio dos Demonstrativos Contábeis regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A análise é realizada de forma pormenorizada a fim de garantir o cumprimento dos procedimentos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e dos Manuais do SIAFI, bem como dos Princípios e demais normas aplicáveis, tendo por base ainda, os Registros de Conformidade de Gestão, bem como acompanhamento no SIAFI das mensagens enviadas pela STN e da verificação na transação CONDESAUD, das equações/restrições que são registradas.

No Encerramento do Exercício de 2020, foram registradas as seguintes restrições no SIAFI:

Restrição	Itens - Observações/Justificativas
604 FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES 211	1 – Créditos a Receber (exceto TED`s): A restrição decorre da falta de Atualização/Informação de ativos relacionados com créditos a receber de curto prazo , bem como a atualização do ajuste para perdas prováveis, e demais atualizações.
625 FALTA REG./ATUALIZACAO AJUS.PERDAS PROVAVEIS 211	2 - Demais créditos - Adiantamento TED`s , em 2020 foram baixados parte do valor registrado no SIAFI conforme o fluxo de recebimento processual. Há um esforço de obter junto às áreas responsáveis o envio dos processos devidamente comprovados para fins de conclusão. Vale destacar que recentemente ocorreu a publicação do Decreto 10.426/2020, com o objetivo de trazer uma melhor gestão para esse tipo de operação, antes ausente de normativo específico.
605 FALTA DE RECLASSIF.P/CP VALORES LP-ATIVOS 211	1 – Créditos a Receber (exceto Empréstimos e Financiamentos e TCE`s): A restrição decorre da falta de Atualização/Informação de ativos relacionados com créditos a receber de curto prazo e longo prazo , bem como a atualização do ajuste para perdas prováveis, e demais atualizações. Para fins de reclassificação de Longo Prazo para o Curto Prazo, conforme o vencimento dos créditos em até 12 meses.
615 FALTA DE ATUALIZ VALORES DO ATIVO NÃO CIRC. 212	2 – Empréstimos e Financiamentos. Trata-se de valores da Gestão do FSA, que carecem de atualização. Existe uma demanda em aberto sob análise da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) de verificação da adequada contabilização / reconhecimento de ajustes das operações do Fundo sobre essas contas no SIAFI. Assim como na conta de “Investimentos”, conforme anotações em Notas Explicativas nos exercícios anteriores.
635 FALTA REG./ATUALIZACAO AJUS.PERDAS PROVAVEIS 212	3 – Crédito por Falta/Irregularidade Comprovação (TCU/TCEs): Trata-se de registro dos créditos decorrentes de Acórdãos do TCU de contas de incentivos/projetos por condenação dos responsáveis. No entanto, considerando as indicações nos Acórdãos do TCU dos créditos para o FNC (Fundo Nacional de Cultura), sua atualização carece de confirmação sobre o Órgão Gestor/Credor para fins de constituição do referido valor em Dívida

		Ativa. Tal fato, será objeto de consulta formal à PFE Ancine, para fins de esclarecimentos quanto à definição do órgão credor da dívida.
621 FALTA ATUALIZ. PROVISAO DÍVIDA ATIVA - LP 212		1 – Dívida Ativa (Provisão para Perdas e Atualização dos Juros e Multas): Por ausência de metodologia para “Provisão de Perdas” e limitações sistêmicas (Sapiens), conforme anotado pela área gestora, os valores de “ Provisão para Perdas ” e “ Atualização ”, não estão sendo enviados.
623 FALTA ATUALIZ. JUROS E MULTAS DIVIDA ATIVA		Ressalta-se os registros de movimentação mensal foram retomados em 2020, com base na apresentação de “Mapa” por valor histórico, apresentado pela NDA/PFE.
651 FALTA INCONSISTÊNCIA CONTRATO	OU NO	1 – Execução de obrigações contratuais: Os saldos de contratos com terceiros vêm sendo saneadas periodicamente (com baixa de valores não utilizados), num trabalho de em interação com a Coordenação de Contratos. Em 2018 iniciou-se o registro por Inscrição Genérica com o intuito de obter um melhor controle individualizado por instrumento. No entanto, os saldos ainda não refletem adequadamente os valores a executar, ainda vigentes ou pendentes de execução.
671 TRANSF.VOLUNT. S/COMPROV. E NÃO ENV.P/INADIMP 280		1 – Transferências Legais: Trata-se de valores de instrumentos de fomento firmados pela Ancine e terceiros, vencidos, cujas prestação de contas carecem de comprovação e aprovação. A área técnica Responsável pela cobrança de Prestações de Contas foi comunicada dessa situação. Informou que o passivo de Processos dessa espécie de Transferência está no bojo do acordo de superação do “ Passivo de Prestação de Contas ” estabelecido com o TCU.
773 TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA 280		1 – TED`s: Trata-se de valores firmados por meio de Termo de Execução Descentralizada. Os valores são atualizados conforme o fluxo de recebimento processual, em 2020 ocorreram algumas comprovações e baixa. Entretanto, ainda existe valor significativo registrado pendente de comprovação. Há um esforço de obter junto às áreas responsáveis o envio dos processos devidamente comprovados para fins de conclusão. Vale destacar que recentemente ocorreu a publicação do Decreto 10.426/2020, com o objetivo de trazer uma melhor gestão para esse tipo de operação, antes ausente de normativo específico.
775 TED A REPASSAR EXPIRADOS		

Registra-se que as situações acima estão sendo avaliadas no âmbito da gestão de Créditos a Receber da Ancine, que fora objeto de auditoria recente no último trimestre de 2020.

Conforme anotações em Notas Explicativas nos exercícios anteriores, os diversos órgãos da APF estão trabalhando com a perspectiva de futura implantação do Sistema ARCO, cujo projeto está sendo conduzido pelo Ministério da Economia. Internamente, em paralelo, os setores finalísticos serão provocados para apresentar dados dos estoques de créditos para fins de atualização e reflexo no SIAFI. Este trabalho já vem sendo realizado com a gestão de estoque da Dívida Ativa.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2021.
Glauber de Oliveira Lima
CRC/RJ nº 094.965-O/7

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$

	NE	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		46.398.555,87	47.621.647,82
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>03</u>	7.753.276,14	6.708.475,49
Créditos a Curto Prazo	<u>04</u>	38.598.355,33	40.871.369,59
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		46.924,40	41.802,74
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.836.702.317,50	3.805.783.358,17
Ativo Realizável a Longo Prazo		468.630.076,83	438.152.177,63
Créditos a Longo Prazo	<u>04</u>	468.630.076,83	435.624.536,07
Estoques		-	-
Investimentos	<u>05</u>	3.350.829.938,00	3.350.829.938,00
Imobilizado	<u>06</u>	11.883.056,67	13.691.662,58
Intangível	<u>07</u>	5.359.246,00	3.109.579,96
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO		3.883.100.873,37	3.853.405.005,99
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		25.889.087,35	23.247.873,67
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>08</u>	5.986.685,02	5.317.875,99
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>09</u>	6.226.045,92	4.472.163,62
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>09</u>	13.676.356,41	13.457.834,06
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo		25.889.087,35	23.247.873,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.8572.117.86,02	3.830.157.132,32
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		3.8572.117.86,02	3.830.157.132,32
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.883.100.873,37	3.853.405.005,99

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

R\$

	NE	31/12/2020	31/12/2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		2.445.319.403,13	1.947.286.858,61
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		877.572.356,37	1.033.885.145,99
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		622.778.617,59	7.776.268,13
Transferências e Delegações Recebidas		866.818.501,83	740.558.009,43
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		9.828,10	37.453.735,58
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		78.140.099,24	127.613.699,48
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		2.418.203.665,66	1.412.037.891,17
Pessoal e Encargos		94.989.445,53	91.283.065,82
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.652.404,45	831.701,79
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		33.079.471,33	58.774.756,12
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		101.487,85	131.462,93
Transferências e Delegações Concedidas		1.565.147.585,43	1.255.367.045,04
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.122.968,80	2.586.192,72
Tributárias		59.913,71	51.600,58
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		722.050.388,56	3.012.066,17
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	11	27.115.737,47	535.248.967,44

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

31/12/2020 – R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)		3.118.300,00	3.118.300,00	1.057.154,54	-2.061.145,46
Receitas Tributárias		-	-	-	0,00
Receitas de Contribuições		-	-	692,53	0,00
Receita Patrimonial		-	-	-	0,00
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		3.118.300,00	3.118.300,00	1.056.462,01	-2.061.837,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)		18.953.712,00	18.953.712,00	-	-18.953.712,00
Operações de Crédito		18.953.712,00	18.953.712,00	-	-18.953.712,00
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III = I+II)	12	22.072.012,00	22.072.012,00	1.057.154,54	-21.014.857,46
REFINANCIAMENTO (IV)		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V = III+IV)		22.072.012,00	22.072.012,00	1.057.154,54	-21.014.857,46
DÉFICIT (VI)	14	-	-	547.189.114,04	547.189.114,04
TOTAL (VII = V+VI)		22.072.012,00	22.072.012,00	548.246.268,58	526.174.256,58
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

31/12/2020 – R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)		134.560.139,00	137.852.935,00	146.673.401,00	118.157.953,12	112.539.030,36	-8.820.466,00
Pessoal e Encargos Sociais		87.166.184,00	100.326.511,00	91.661.618,46	91.401.012,29	86.249.228,54	8.664.892,54
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		47.393.955,00	37.526.424,00	55.011.782,54	26.756.940,83	26.289.801,82	-17.485.358,54
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		3.335.706,00	5.002.176,00	401.572.867,58	3.979.995,17	2.220.409,27	-396.570.691,58
Investimentos		3.335.706,00	5.002.176,00	4.272.867,58	3.979.995,17	2.220.409,27	729.308,42
Inversões Financeiras		-	-	397.300.000,00	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI = VIII+IX+X)	13	137.895.845,00	142.855.111,00	548.246.268,58	122.137.948,29	114.759.439,63	-405.391.157,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII = XI+XII)		137.895.845,00	142.855.111,00	548.246.268,58	122.137.948,29	114.759.439,63	-405.391.157,58
SUPERÁVIT (XIV)		-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII+XIV)		137.895.845,00	142.855.111,00	548.246.268,58	122.137.948,29	114.759.439,63	-405.391.157,58

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

31/12/2020 – R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS					
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES		9.749.477,43	23.227.618,82	15.000.446,78	15.000.446,78	4.636.457,94	13.340.191,53
Pessoal e Encargos Sociais		37.649,18	-	-	-	37.649,18	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		9.711.828,25	23.227.618,82	15.000.446,78	15.000.446,78	4.598.808,76	13.340.191,53
DESPESAS DE CAPITAL		422.259.698,00	701.030.592,51	707.600.984,36	707.600.984,36	122.641,60	415.566.664,55
Investimentos		-	1.030.592,51	300.984,36	300.984,36	122.641,60	606.966,55
Inversões Financeiras		422.259.698,00	700.000.000,00	707.300.000,00	707.300.000,00	-	414.959.698,00
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	16	432.009.175,43	724.258.211,33	722.601.431,14	722.601.431,14	4.759.099,54	428.906.856,08

EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

31/12/2020 – R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
		(a)	(b)	(c)	(d)	(f) =(a)+(b)-(c)-(d)
DESPESAS CORRENTES		4.788.203,27	5.607.628,74	5.609.117,59	12.195,84	4.774.518,58
Pessoal e Encargos Sociais		25.333,70	5.290.276,03	5.282.806,98	-	32.802,75
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		4.762.869,57	317.352,71	326.310,61	12.195,84	4.741.715,83
DESPESAS DE CAPITAL		4.844,09	-	-	0,00	4.844,09
Investimentos		4.844,09	-	-	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		4.793.047,36	5.607.628,74	5.609.117,59	12.195,84	4.779.362,67

BALANÇO FINANCEIRO – BF

R\$

	NE	31/12/2020	31/12/2019
Ingressos			
Receitas Orçamentárias (I)		1.057.154,54	2.347.828,21
Ordinárias	-	-	
Vinculadas		1.159.422,62	2.520.162,24
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-102.268,08	-172.334,03
Transferências Financeiras Recebidas (II)		866.807.388,57	739.958.009,43
Resultantes da Execução Orçamentária		120.842.014,30	132.834.431,87
Independentes da Execução Orçamentária		745.965.374,27	607.123.577,56
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)		1.972.584.913,42	1.895.209.222,07
Saldo do Exercício Anterior (IV)		6.708.475,49	6.090.745,70
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.708.475,49	6.090.745,70
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		2.847.157.932,02	2.643.605.805,41
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias (VI)		548.246.268,58	854.667.065,12
Ordinárias		115.436.759,68	131.549.290,73
Vinculadas		432.809.508,90	723.117.774,39
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		1.562.894.091,58	1.254.959.585,53
Resultantes da Execução Orçamentária		112.692,85	988.750,67
Independentes da Execução Orçamentária		1.562.781.398,73	1.253.970.834,86
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		728.264.295,72	527.270.679,27
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		7.753.276,14	6.708.475,49
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.753.276,14	6.708.475,49
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		2.847.157.932,02	2.643.605.805,41

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

	NE	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
INGRESSOS		2.406.962.627,58	1.907.635.730,09
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		692,53	70,43
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.056.462,01	2.347.757,78
Transferências Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		2.405.905.473,04	1.905.287.901,88
DESEMBOLSOS		-1.696.096.433,30	-1.406.002.145,44
Pessoal e Demais Despesas		-108.879.754,23	-131.880.701,76
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-24.286.218,50	-19.055.987,50
Outros Desembolsos Operacionais		-1.562.930.460,57	-1.255.065.456,18
Fluxo de caixa líquido das atividades Operacionais (I)		710.866.194,28	501.633.584,65
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-709.821.393,63	-501.015.854,86
Aquisição de Ativo Não Circulante		-174.574,99	-694.961,10
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-50000000	-58.967.697,00
Outros Desembolsos de Investimentos		-659.646.818,64	-441.353.196,76
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (II)		-709.821.393,63	-501.015.854,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		-	-
GERAÇÃO LÍQ. DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (IV = I+II+III)	17	1.044.800,65	617.729,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		6.708.475,49	6.090.745,70
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		7.753.276,14	6.708.475,49

NOTAS EXPLICATIVAS

1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, do Decreto-lei nº 200/67, do Decreto nº 93.872/86, da Lei nº 10.180/2001 e da LC nº 101/2000. São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Este documento é composto das seguintes demonstrações, bem como das suas respectivas notas explicativas.

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Notas Explicativas.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis fornecem informações sobre a gestão do patrimônio público, no âmbito da ANCINE, e contribuem para a prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem.

Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da ANCINE.

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da ANCINE, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional da União é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Depósitos restituíveis

De acordo com o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, a União está obrigada a adotar o princípio de unidade de tesouraria. Segundo o referido decreto, “a realização da receita e despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa” (art. 1º).

De modo expreso, o decreto estabelece que o conceito adotado para receita é “[...] todo e qualquer ingresso de caráter obrigatório ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, seja geral ou vinculado [...]”. De modo tácito, pode-se estender as características apresentadas para caracterizar o conceito de despesa.

Neste sentido, os depósitos restituíveis, ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias, estão contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, como ocorre no caso de garantias contratuais na modalidade caução em dinheiro, bem como outros depósitos de terceiros.

(d) Créditos a curto prazo

Na ANCINE, compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) adiantamentos, inclusive – Termos de Execução Descentralizada. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias adquiridas para consumo nas operações da ANCINE. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. O controle de estoque é realizado mediante o emprego do Sistema Integrado de Administração e Serviços (SIADS).

(f) VPD pagas antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico. As apropriações são efetuadas segundo o regime de competência.

(g) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(h) Ajuste para perdas da dívida ativa

O Ajuste de Perdas é calculado com base no histórico de recebimentos dos créditos inscritos em dívida ativa. Contudo, pela ausência da definição de metodologia pelo órgão gestor da dívida, e dada a dificuldade de mensuração desses estoques de recebíveis, em decorrência da falta de solução tecnológica adequada (Sistema de Gestão de Créditos), o Ajuste de Perdas não espelha adequadamente a situação patrimonial.

(i) Investimentos

São compostos por: (i) participações permanentes; no caso da ANCINE, são registros em decorrência da execução de ações orçamentárias de investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual.

(j) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(k) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro da redução ao valor recuperável do intangível.

(l) Depreciação e amortização

Os procedimentos para registro da depreciação e amortização na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP e a Lei nº 10.180/2001.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN/MF. Especificamente no caso dos bens imóveis, a depreciação é calculada segundo o Parábola de Kuntzle, conforme Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(m) Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes e com provável realização, devem ser registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Quando dotados de pouca probabilidade na realização (ingresso de recursos), os Ativos Contingentes são escriturados em contas de controle do SIAFI e sua evidenciação em Notas Explicativas não é feita.

(n) Apuração do resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a entidade e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a entidade, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a

conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(o) Apuração do resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário, calculado pela diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada no exercício.

(p) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da entidade.

No Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado financeiro. É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

3. CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA

Esse item contempla o numerário e outros bens e direitos conversíveis e evidenciados em moeda nacional. O total da conta Caixa é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro do lado dos Dispêndios, no item “saldo para o exercício seguinte”, como também na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item “caixa e equivalente de caixa final”.

Em 31/12/2020, o Balanço Patrimonial apresentava saldo a R\$ 7.753.276,14 na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, correspondendo a um aumento de 15,57% em relação ao final do exercício de 2019.

Tabela 1 – Caixa e Equivalente Caixa

		R\$			
		31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	AH (%)
0100000000	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	7.412.179,42	95,60	6.511.873,47	13,83
0144000000	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	253.863,09	3,27	-	-
0150203003	RECURSOS PROPRIOS-ANCINE	0,00	0,00	15.942,75	-

0151000000	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	44.476,79	0,57	-	-
0156000000	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	5.995,17	0,08	113.972,30	-94,74
0174042003	MULTAS P/INFR.A LEG.CINEMATOGR.-ANCINE	0,00	0,00	908,03	-
0190000000	RECURSOS DIVERSOS	36.761,67	0,47	65.669,12	-44,02
0190980000	CANCELAMENTO DE OB APOS REMESSA AO BANCO	0,00	0,00	109,82	-
TOTAL		7.753.276,14	100,00	6.708.475,49	15,57

Fonte: SIAFI

4. CRÉDITOS A RECEBER

Os créditos a receber estão divididos em dois grupos: (i) curto prazo; e (ii) longo prazo, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 – Créditos a Receber

R\$

	31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	AH (%)
Créditos a Curto Prazo	38.598.355,33	7,61	40.871.369,59	-5,56
Créditos a Longo Prazo	468.630.076,83	92,39	438.152.177,63	6,96
TOTAL	507.228.432,16	100,00	479.023.547,22	5,89

Fonte: SIAFI

Os Créditos de Curto Prazo estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir.

Tabela 3 – Créditos A Curto Prazo

R\$

	31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	AH (%)
Adiantamentos concedidos a pessoal	285.030,08	0,74	1.643.504,67	-82,66
Cred por dano ao patrim de cred administrat	138.506,33	0,36	-	-
Cred trib nao previdenciarios - nao parcelado	2.634.065,61	6,82	2.634.065,61	0,00
Adiantamento concedido – Suprimento de fundos	318,78	0,00	19.970,95	-98,40
Cred a rec decor de infrac leg e contratuais	448.142,18	1,16	448.142,18	0,00
Cred a receber por cessao de pessoal	0,00	0,00	61.083,77	-100,00
Creditos parcelados	252.504,75	0,65	252.504,75	0,00
Termo de execucao descentralizada (TED)	34.839.787,60	90,26	35.812.097,66	-2,72
TOTAL	38.598.355,33	100,00	40.871.369,59	-5,56

Fonte: SIAFI

Os “Adiantamentos Concedidos”, em maior parte, referem-se aos benefícios de pessoal concedidos durante o exercício (férias, 13º salário e adiantamento de salários).

Os “créditos por dano ao patrimônio” decorrem de cobranças administrativas para reposição de valores ao erário, com base na Portaria ANCINE Nº 632/2020.

Os créditos: “tributário não previdenciário” – não parcelado são créditos relativos à cobrança da CONDECINE; o “crédito decorrente de infração” são créditos relativos às infrações da legislação do audiovisual; e os “créditos parcelados” registra os créditos

oriundos das leis de incentivo à cultura. Os registros destes créditos carecem de atualização, conforme ressaltado na Declaração do Contador.

Os “créditos a receber por cessão de pessoal” foram desreconhecidos após verificação de registros incorretos.

Os “Termos de Execução Descentralizada (TED`s)” que por mudança de critério contábil, no ano de 2018 foram contabilizados no Ativo Circulante. Conforme ressalva na Declaração do Contador, são atualizados de acordo com o fluxo de recebimento processual. Entretanto, ainda existe valor significativo registrado pendente de comprovação, motivo da restrição contábil.

A seguir, apresentamos a composição dos “créditos a longo prazo” e “demais créditos e valores a longo prazo”. Nos tópicos abaixo, são detalhados os itens com saldos mais representativos.

Tabela 4 - Créditos a Longo Prazo

	31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	R\$ AH (%)
<u>CREDITOS A LONGO PRAZO (A)</u>				
Créditos tributários a receber	2.440.279,17	0,52	2.440.279,17	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	393.676.729,16	84,01	393.676.729,16	0,00
Dívida Ativa Tributária	35.040.850,04	7,48	41.197.786,01	-14,94
Dívida Ativa Não Tributária	46.465.919,54	9,92	15.783.022,20	194,40
Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	-17.473.280,47	-3,73	-17.473.280,47	0,00
TOTAL (A)	460.150.497,44	-	435.624.536,07	5,63
<u>DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO (B)</u>				
Crédito por dano ao patrimônio - decisão TCU	7.308.353,38	1,56	1.356.415,55	438,80
Outros créditos a rec e valores a longo prazo	1.171.226,01	0,25	1.171.226,01	0,00
TOTAL (B)	8.479.579,39	-	2.527.641,56	235,47
TOTAL (A) + (B)	468.630.076,83	100,00	438.152.177,63	6,96

Fonte: SIAFI

(a) Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Os valores de “Empréstimos e Financiamentos concedidos”, referem-se aos repasses realizados pela ANCINE ao BNDES, em decorrência da execução de ações orçamentárias do FSA¹ para operações de empréstimos a projetos via agente financeiro credenciado. Assim como, ações de investimentos, que serão detalhadas no tópico específico.

Ressalva-se que em decorrência da necessidade de avaliação e reavaliação dos critérios contábeis de escrituração das operações, os valores carecem de atualização para fins de

¹Fundo Setorial do Audiovisual. Informações na página oficial. Disponível em: <<https://fsa.ancine.gov.br/>>

conciliação. Tal situação fora objeto de demanda por parte do Órgão Central de Contabilidade – STN, no ano de 2019, que em diligência solicitou informações à ANCINE, sobre as operações de financiamento e investimento constante do BP. Esta demanda permanece sob análise da STN.

Cabe registrar ainda, que após o encerramento do exercício, foi verificado que a execução de recursos (SIAFI em 2020) no valor de R\$ 50.000.000,00 do FSA em Financiamentos não gerou contabilização nas respectivas contas de ativo, o reflexo foi em contas de VPD, fato que será melhor avaliado, para fins de ajustes e reconhecimento, no exercício de 2021.

(b) Dívida Ativa e Créditos Tributários a Receber

A dívida ativa abrange os créditos cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados no prazo legal e que não foram atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de sua exigibilidade.

A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como dívida ativa tributária os créditos em favor da Fazenda Pública provenientes de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública.

Em 31/12/2020, o Balanço Patrimonial evidencia um saldo superior a R\$ 81 milhões de créditos a receber inscritos em Dívida Ativa (Tributária e Não Tributária).

As variações constatadas decorrem da retomada dos lançamentos no SIAFI com base no envio mapa do estoque da dívida encaminhado pela área gestora (Núcleo da Dívida Ativa da Procuradoria Federal Especializada na ANCINE). Exceto quanto à provisão para perdas, por ausência de definição de metodologia e limitações sistêmicas, conforme ressalva na Declaração do Contador.

(c) Créditos por Dano ao Patrimônio – decisão do TCU

Os créditos por dano ao patrimônio decorrem de **Tomadas de Contas Especial (TCE)**: apurado quando o crédito é maior ou igual a R\$ 100 mil, sendo contabilizado o crédito como ativo somente após decisão definitiva proferida pelo Tribunal de Contas da União.

O item “crédito por dano ao patrimônio - decisão TCU” apresentou crescimento de 438,80%. O aumento decorre do recebimento e registro de Acórdãos do TCU no exercício de 2020.

5. INVESTIMENTOS

Os investimentos registrados no BP da ANCINE são decorrentes da execução de ações do FSA, refletem os registros de repasses para o BNDES e FINEP ao longo dos anos, para participação em projetos, tendo como contrapartida a participação do FSA nos resultados comerciais dos mesmos, e no capital de empresas (participação minoritária), de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto nº 6.299/07.²

Ressalva-se que o item não está avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial, e sim pelo valor histórico do custo das transferências efetuadas ao agente financeiro, e carecem de atualização e conciliação. Além disso, conforme mencionado no item “Empréstimos e Financiamentos concedidos”, há uma demanda em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional para verificação da contabilização nas respectivas contas.

Tabela 5 - Investimentos

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Participações permanentes	3.350.829.938,00	3.350.829.938,00	0,00%
TOTAL	3.350.829.938,00	3.350.829.938,00	0,00%

Fonte: SIAFI

Cabe registrar ainda, que após o encerramento do exercício, foi verificado que a execução de recursos (SIAFI em 2020) no valor de R\$ 657.300.000,00 em investimentos do FSA não gerou contabilização nas respectivas contas de ativo, o reflexo foi em contas de VPD, fato que será melhor avaliado, para fins de ajustes e reconhecimento, no exercício de 2021.

6. IMOBILIZADO

O imobilizado da ANCINE está segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a sua composição.

Tabela 6 - Imobilizado

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Bens Móveis (VI = I - II - III)	7.223.272,89	9.081.357,44	-20,46
Valor Bruto Contábil (I)	19.566.764,56	19.432.336,10	0,69
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	-12.343.491,67	-10.350.978,66	19,25
Redução ao Valor Recuperável (III)	-	-	-
Bens Imóveis (VII = IV - V - VI)	4.639.403,57	4.610.305,14	0,63
Valor Bruto Contábil (IV)	4.639.556,42	4.610.305,14	0,63
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (V)	-152,85	-	-
Redução ao Valor Recuperável (VI)	-	-	-
Total Líquido (VIII = VI + VII)	11.862.676,46	13.691.662,58	-13,36

Fonte: SIAFI

² Fundo Setorial do Audiovisual – Ações Orçamentárias. <https://fsa.ancine.gov.br/o-que-e-fsa/acoes-orcamentarias>

(a) Bens Móveis

Em 31/12/2020, o valor líquido contábil dos bens móveis da ANCINE foi de R\$ 7.223.272,89, conforme detalhamento apresentado na tabela abaixo.

Tabela 7 - Bens Móveis

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.405.030,26	1.401.677,29	0,24
Bens de Informática	10.697.748,91	10.843.293,68	(1,34)
Móveis e Utensílios	4.280.804,09	4.270.579,46	0,24
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	999.536,45	879.790,69	13,61
Veículos	2.772,75	2.772,75	0,00
Demais Bens Móveis	2.180.872,10	2.034.222,23	7,21
Total bruto (I)	19.566.764,56	19.432.336,10	0,69
Depreciação / Amortização Acumulada (II)	(12.343.491,67)	(10.350.978,66)	19,25
Redução ao Valor Recuperável (III)	-	-	-
Total (I) - (II) - (III)	7.223.272,89	9.081.357,44	(20,46)

Fonte: SIAFI

Os bens móveis estão distribuídos para uso na sede da ANCINE em Brasília, no escritório central no Rio de Janeiro (maior concentração) e no escritório regional em São Paulo.

(b) Bens Imóveis

A ANCINE não possui imóveis próprios, suas atividades são exercidas em imóveis de terceiros (locação), exceto em São Paulo, cujo imóvel fora cedido pela SPU (Secretaria de Patrimônio da União).

Dessa forma, os valores registrados classificam-se como “Benfeitorias em Propriedade de Terceiros”. Tais valores foram reclassificados da conta “Instalações” para a conta supracitada, após avaliação ocorrida no presente exercício.

A informação sobre os valores de amortização das benfeitorias para fins de registro no SIAFI foram objeto de solicitação para a área gestora responsável pelas obras e locação dos imóveis, ainda pendente de avaliação.

Tabela 8 - Bens Imóveis

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Instalações	0,00	4.610.305,14	-100,00
Benfeitorias Em Propriedade De Terceiros	4.639.556,42	0,00	-
Total Bruto (I)	4.639.556,42	4.610.305,14	0,63
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	-152,85	-	-
Redução ao Valor Recuperável (III)	-	-	-
Total Líquido (IV = I - II - III)	4.639.403,57	4.610.305,14	0,63

Fonte: SIAFI

7. INTANGÍVEL

O Ativo Intangível da ANCINE totaliza valor superior a R\$ 24 milhões em softwares, conforme tabela a seguir.

Os softwares com vida útil definida estão mensurados pelo seu custo de aquisição/contratação ou produção.

Tabela 9 - Bens Intangíveis R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Software com Vida Útil Definida (I)	24.179.268,46	20.072.863,92	20,46
Amortização Acumulada (II)	-18.820.022,46	-16.963.283,96	10,95
Total (III) = (I) – (II)	5.359.246,00	3.109.579,96	72,35

Fonte: SIAFI

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO

Em 2020, o Balanço Patrimonial evidencia um saldo de aproximadamente R\$ 6 milhões em obrigações trabalhistas e previdenciárias.

No caso de salários, remunerações e benefícios, essas apropriações ocorrem no mês de competência, cuja compensação da obrigação ocorre no primeiro dia útil do mês seguinte, na geração das ordens bancárias de pessoal, baixando-se o saldo da conta de obrigações. A tabela a seguir apresenta os saldos de forma detalhada.

Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias de Curto Prazo R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Benefícios Assistenciais a Pagar	44.476,79	0,00	-
Benefícios previdenciários	0,00	0,00	-
INSS a pagar - intra ofss	7.469,05	74.217,14	-89,94
Pessoal a pagar	5.874.003,62	5.185.444,95	13,28
<i>Salários, Remunerados e Benef.</i>	5.061.351,01	5.185.444,95	-2,39
<i>Decimo Terceiro Salário A Pagar</i>	0,00	0,00	-
<i>Férias A Pagar</i>	812.652,61	0,00	-
Entidades de previd. Privada e Comp.	60.735,56	58.213,90	4,33
	5.986.685,02	5.317.875,99	12,58

Fonte: SIAFI

O saldo de férias a pagar compreende os duodécimos de remuneração em período de férias mais o 1/3 constitucional de férias, apropriados mensalmente pelo regime de competência. A partir do segundo ano de exercício, o servidor público tem a faculdade de gozar suas férias sem que seja necessário completar mais outro período aquisitivo de 12 meses. Tal particularidade implica o reconhecimento das férias como ativo, importando em alguns casos, em saldo de adiantamento de férias superior ao passivo reconhecido no período.

Quanto ao décimo terceiro salário a pagar, as obrigações são apropriadas pelo regime de competência, na proporção de 1/12 do total da remuneração devida aos servidores ativos e inativos, bem como dos pensionistas.

9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31/12/2020, o Balanço Patrimonial apresentou um saldo superior a R\$ 6,2 milhões relacionados a fornecedores e contas a pagar a curto prazo. Entretanto, observou-se a transferência de saldo de exercícios anteriores, carecendo de análise mais aprofundada, para fins de cumprimento ou não da obrigação de pagar. A seguir, apresenta-se a tabela relacionando as obrigações com credores nacionais a curto prazo.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Curto Prazo R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	6.226.045,92	4.472.163,62	39,21
Total	6.226.045,92	4.472.163,62	39,21

Fonte: SIAFI

10. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Em 31/12/2020, o Balanço Patrimonial apresentou um saldo superior a R\$ 13 milhões relacionados a “outras obrigações a curto prazo”, desse montante, aproximadamente 12,3 milhões estão registrados na conta “Convênios e Instrumentos Congêneres”, firmados com a CEF e Secretaria Estadual de Cultura do RJ.

Tabela 12 – Outras Obrigações a Curto Prazo R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Convênios E Instrumentos Congêneres A Pagar	12.301.850,01	12.301.850,01	0,00
Outros	1.374.506,40	1.155.984,05	
Total	13.676.356,41	13.457.834,06	1,62

Fonte: SIAFI

11. RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

O Resultado Patrimonial apurado no 4º trimestre de 2020 foi superavitário em R\$ 27.115.737,47, conforme apresentado no quadro a seguir.

Tabela 13 – Resultado patrimonial

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
(+) Variações patrimoniais aumentativas	2.445.319.403,13	1.947.286.858,61	25,58
(-) Variações patrimoniais diminutivas	2.418.203.665,66	1.412.037.891,17	71,26
(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	27.115.737,47	535.248.967,44	-94,93

Fonte: SIAFI

Ressalva-se que a variação do resultado patrimonial apresentado na tabela foi impactada em parte pelo registro de valores como VPD, relativos à execução de recursos do FSA (SIAFI em 2020) que não gerou contabilização nas respectivas contas de ativo, questão abordada na [Nota Explicativa 5](#).

12. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

A previsão atualizada para as receitas correntes em 2020 foi de R\$ 3.118.300,00 tendo sido realizado (arrecadado) o montante de R\$ 1.057.154,54, correspondendo a 33,90% de realização das receitas correntes previstas para o exercício, demonstra um resultado insuficiente na arrecadação de receitas próprias, apresenta uma queda em relação aos anos anteriores.

Tabela 14 - Histórica de Arrecadação de Receitas Correntes - ANCINE

R\$

	PREVISAO ATUALIZADA DA RECEITA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	% DE EXECUÇÃO ((B/A) *100)
31/12/2020	3.118.300,00	1.057.154,54	33,90
31/12/2019	2.505.366,00	2.347.828,21	93,71
31/12/2018	2.782.846,00	1.664.320,44	59,81
31/12/2017	2.183.547,00	3.366.311,99	154,17
31/12/2016	1.577.840,00	3.011.040,18	190,83

Fonte: SIAFI

Em relação às receitas de capital, é importante ressaltar o valor de 18.953.712 apresentado na rubrica “receita de capital / operações de crédito”. Trata-se de registro decorrente da abertura de crédito suplementar tendo como fonte uma Operações Oficiais de Crédito da União, conforme disposto na LEI Nº 14.008, DE 2 DE JUNHO DE 2020.

A tabela a seguir apresenta a dotação atualizada para o exercício de 2020, a fonte “0144000000” apresenta o montante supracitado decorrente da abertura de crédito suplementar originado de Operações Oficiais de Crédito da União, além de outros valores.

Tabela 15 – Dotação atualizada por fonte de recursos

R\$

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTACAO ATUALIZADA
0100000000	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	115.420.589,00
0144000000	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOUREO NACIONAL	23.125.650,00
0151000000	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	434.753,00

0156000000	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	783.527,00
0174000000	TX/MUL.P/PODER DE POLÍCIA E MUL.PROV.PROC.JUD	3.026.213,07
0174042003	MULTAS P/INFR.A LEG.CINEMATOGR.-ANCINE	64.378,93
Total		142.855.111,00

Fonte: SIAFI

13. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Em 2020, o total da dotação atualizada foi de R\$ 142.855.111. Deste montante, R\$ 125.406.834,58 foram empenhados no exercício, correspondendo a 87,79% de execução da despesa fixada.

A seguir, apresentamos a execução da despesa por Grupo de Natureza da Despesa (GND), que funciona como agregador de elementos da despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto do gasto.

Tabela 16 – Execução da despesa por GND

R\$

Grupo Despesa (GND)	DOTACAO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (I) (B)	% EXECUÇÃO (B/A) *100	AV (%) (I)
4 INVESTIMENTOS	5.002.176,00	4.272.867,58	85,42	3,41
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.526.424,00	29.472.348,54	78,54	23,50
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.326.511,00	91.661.618,46	91,36	73,09
Total	142.855.111,00	125.406.834,58	87,79	100

Fonte: SIAFI

O valor empenhado constante no [Balanço Orçamentário](#) é de R\$ 548.246.268,58. A diferença entre o valor empenhado apresentado na tabela anterior (tabela 16) e o Balanço Orçamentário decorre da execução de ações do FSA realizadas pela ANCINE.

Objetivando uma análise mais detalhada da execução despesa orçamentária, apresentamos a composição da execução da despesa (despesas empenhadas) pelo elemento da despesa, cuja finalidade é identificar o objeto do gasto. A tabela a seguir possibilita identificar o percentual de cada elemento de despesa em relação ao total das despesas empenhadas pela ANCINE até 31/12/2020.

Tabela 17 - Composição das Despesas Empenhadas por Elemento de Despesa - ANCINE

R\$

Elemento da Despesa	Despesa empenhada (R\$)	AV (%)
11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	74.113.370,94	59,10
13 OBRIGACOES PATRONAIS	14.801.512,26	11,80
40 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	9.777.018,21	7,80
37 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	9.369.879,76	7,47
39 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	7.710.188,24	6,15
41 CONTRIBUICOES	2.288.150,00	1,82
46 AUXÍLIO-ALIMENTACAO	1.968.475,17	1,57
01 APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	1.103.970,39	0,88
93 INDENIZACOES E RESTITUICOES	855.782,47	0,68
07 CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	727.161,52	0,58
16 OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	641.228,16	0,51
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	524.751,15	0,42
36 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	509.333,82	0,41
08 OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	289.079,92	0,23
92 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	225.509,81	0,18
30 MATERIAL DE CONSUMO	143.135,04	0,11
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	126.800,62	0,10
47 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	61.303,68	0,05
94 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	49.681,62	0,04
51 OBRAS E INSTALACOES	49.631,49	0,04
14 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	40.756,42	0,03
49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	20.952,55	0,02
91 SENTENCAS JUDICIAIS	9.161,34	0,01
TOTAL	125.406.834,58	100,00

Fonte: SIAFI

A tabela a seguir apresenta a execução das despesas, por elemento, relativas ao FSA

Tabela 18 - Composição das Despesas Empenhadas por Elemento de Despesa - FSA R\$

Elemento da Despesa	Despesa empenhada (R\$)	AV (%)
84 PARTICIPACAO EM FUNDOS, ORGANISMOS OU ENTIDADES ASSEMBLEADAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS.	300.000.000,00	70,95
66 CONCESSAO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	97.300.000,00	23,01
39 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	22.961.647,00	5,43
45 SUBVENCOES ECONOMICAS	2.477.787,00	0,59
93 INDENIZACOES E RESTITUICOES	100.000,00	0,02
TOTAL	422.839.434,00	100,00

Fonte: SIAFI

14. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário tem por base o confronto entre as RECEITAS ARRECADADAS e as DESPESAS EMPENHADAS no exercício financeiro, tendo em vista o critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Em 2020, as receitas realizadas montaram a quantia de R\$ 1.057.154,54, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 548.246.268,58 (sendo 422.839.434,00 relativos à execução das ações do FSA), ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ -547.189.114,04, que decorre em grande parte do reflexo da execução orçamentária na Ancine de ações do Fundo Setorial do Audiovisual no referido exercício.

A tabela a seguir apresenta as receitas realizadas (arrecadas) e as despesas empenhadas no período de apuração e, para fins de comparação, os respectivos valores para o mesmo período de apuração do exercício anterior.

Tabela 19 – Resultado Orçamentário do Período R\$

RECEITA REALIZADA	31/12/2020	31/12/2019
1 CONTR.P/DESENV.IND.CINEMAT.NACIONAL-CONDECINE	692,53	70,43
1 MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECÍFICA	1.056.462,01	2.347.757,78
TOTAL (I)	1.057.154,54	2.347.828,21

DESPESA EMPENHADA	31/12/2020	31/12/2019
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91.661.618,46	90.262.276,68

3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.011.782,54	62.752.850,64
4	INVESTIMENTOS	4.272.867,58	1.651.937,80
5	INVERSÃO FINANCEIRA	397.300.000,00	700.000.000,00
TOTAL (II)		548.246.268,58	854.667.065,12
RESULTADO (SUPERAVIT/DEFICIT) III = (I) – (II)		-547.189.114,04	-852.319.236,91

Fonte: SIAFI

15. RESULTADO FINANCEIRO

No exercício 2020, o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro foi positivo em R\$ 1.044.800,65.

Tabela 20 – Resultado Financeiro do Período

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Receita Orçamentária (I)	1.057.154,54	2.347.828,21	-54,97
Despesa Orçamentária (II)	548.246.268,58	854.667.065,12	-35,85
(A) = (I) - (II)	-547.189.114,04	-852.319.236,91	-35,80
Transferências Financeiras Recebidas (III)	866.807.388,57	739.958.009,43	17,14
Transferências Financeiras Concedidas (IV)	1.562.894.091,58	1.254.959.585,53	24,54
(B) = (III) - (IV)	-696.086.703,01	-515.001.576,10	35,16
Recebimentos Extraorçamentários (V)	1.972.584.913,42	1.895.209.222,07	4,08
Pagamentos Extraorçamentários (VI)	728.264.295,72	527.270.679,27	38,12
(C) = (V) - (VI)	1.244.320.617,70	1.367.938.542,80	-9,04
RESULTADO (I+III+V) - (II+IV+VI)	1.044.800,65	617.729,79	69,14

Fonte: SIAFI

Os recebimentos extraorçamentários (V) são compostos, em sua maior parte, pela “arrecadação de outras unidades” e “inscrição de restos a pagar”. No exercício de 2020, aproximadamente cerca R\$ 1,539 bilhões decorrentes da arrecadação do FSA operacionalizado pela ANCINE, desse montante R\$ 620,3 milhões decorrem de remuneração de aplicações financeiras transferidas pelo BNDES em 2020 à Conta Única do Tesouro Nacional. Também foi registrado o valor de aproximadamente R\$ 433 milhões relativos à inscrição de RPNP e RPP.

Já os pagamentos extraorçamentários (VI) registraram, em sua maioria, o pagamento de RPNP e RPP no exercício de 2020, perfazendo o pagamento de R\$ 728 milhões, em maior parte de recursos do FSA.

Em relação às receitas e despesas orçamentárias, vide a Nota Explicativa 14 (Balanço Orçamentário).

16. RESTOS A PAGAR

Conforme disposto no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar Não Processados – RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (atestadas) até 31 dezembro, em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição parcial ou entrega de obras no exercício.

A inscrição dos empenhos nessa rubrica é feita pela STN no encerramento de cada exercício financeiro, com base na execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos/inscritos em exercícios anteriores (reinscrição) que ainda não tiveram execução concluída e o pagamento realizado.

Os Restos a Pagar inscritos e reinscritos em “inversões financeiras” referem-se às ações relativas ao FSA executadas pela ANCINE. Em 2020, ocorreu o pagamento de R\$ 722.601.431,14 do total RPNP, correspondendo a uma redução de 62,91% no estoque inicial deste item.

Tabela 21 – Acompanhamento do RPNP

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	<u>INSCRITOS</u>		TOTAL	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	% DE REDUÇÃO DE RPNP
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR						
	(a)	(b)	(I) = (a) + (b)	(c)	(d)	(e)	(II) = (a+b-d-e)	(III) = (II) / (I)
DESPESAS CORRENTES	9.749.477,43	23.227.618,82	32.977.096,25	15.000.446,78	15.000.446,78	4.636.457,94	13.340.191,53	-59,55
Pessoal e Encargos Sociais	37.649,18	-	37.649,18	-	-	37.649,18	0,00	-100,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	0,00	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.711.828,25	23.227.618,82	32.939.447,07	15.000.446,78	15.000.446,78	4.598.808,76	13.340.191,53	-59,50
DESPESAS DE CAPITAL	422.259.698,00	701.030.592,51	1.123.290.290,51	707.600.984,36	707.600.984,36	122.641,60	415.566.664,55	-63,00
Investimentos	-	1.030.592,51	1.030.592,51	300.984,36	300.984,36	122.641,60	606.966,55	-41,11
Inversões Financeiras	422.259.698,00	700.000.000,00	1.122.259.698,00	707.300.000,00	707.300.000,00	-	414.959.698,00	-63,02
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	432.009.175,43	724.258.211,33	1.156.267.386,76	722.601.431,14	722.601.431,14	4.759.099,54	428.906.856,08	-62,91

Fonte: SIAFI

17. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apurada nas Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC), a geração líquida de caixa é o resultado entre o total de ingressos de recursos financeiros (entradas efetivas no caixa) menos o total de dispêndios de recursos financeiros (saídas efetivas do caixa), independente do período de competência a que se referem.

Em 2020, a geração líquida de caixa foi de R\$ 1.044.800,65, conforme tabela a seguir. Já a variação em relação ao período anterior foi de 69,13%.

Tabela 22 – Geração Líquida de Caixa

R\$

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Geração líquida de caixa	1.044.800,65	617.729,79	69,13

Fonte: SIAFI